

As técnicas de mumificação no Egipto antigo

Este artigo possui como principal objectivo a definição das técnicas associadas à mumificação realizada no Egipto antigo. Esta prática insere-se num conjunto mais amplo de procedimentos necessários para alcançar a tão almejada eternidade após a morte, constituindo uma mera etapa desse complexo processo. A religião funerária egípcia concebia a inviolabilidade do corpo como elemento primordial no acesso à eternidade, pelo que foi necessário desenvolver um método que permitisse a sua preservação para Além da morte. Mediante os testemunhos de fontes clássicas e coevas e da análise actual realizada às múmias que persistiram foi possível reconstruir as várias etapas deste processo. A par da mumificação humana os egípcios antigos praticavam a mumificação de alguns animais.

A antropologia egípcia concebia o ser humano como um complexo composto de elementos indissociáveis entre si, designados como *Kheperu*, ou seja, “manifestações”. Estes elementos correspondem a aspectos materiais e imateriais da existência humana - o corpo físico, o coração, o *ka*, o *ba*, o nome e a sombra – estabelecidos desde a primeira vez, isto é, no momento da criação. A morte conduzia a um novo estado biológico, passando o indivíduo a ser designado como *akh*, ou “transfigurado”. Este novo estado é caracterizado pela separação dos vários elementos que constituem o indivíduo, sendo cada um capaz de manter uma existência independente na eternidade.

Os egípcios antigos concebiam o coração e não o cérebro enquanto centro do intelecto e da memória. Enquanto receptáculo do registo de vida do indivíduo, este órgão assumia uma importância primordial no julgamento do morto que decorria no tribunal presidido por Osíris, deus dos mortos. Nas ilustrações do *Livro dos Mortos* relativas a este episódio vemos o coração a ser pesado no prato direito de uma balança, contendo o prato esquerdo uma pluma de avestruz, símbolo de *Maat*, divindade ou noção abstracta¹. O resultado desta pesagem era determinante para a admissão do defunto no Além. Aquele que tinha vivido de acordo com *Maat* era considerado *maat-kheru*, “justo de voz” e acompanhado à sua última morada, aquele que não era considerado puro era devorado por um ser compósito de nome Ammut. Para evitar que o seu coração com-

¹ Esta noção reúne conceitos que posteriormente se tornaram distintos como verdade, ordem, justiça, religião, sabedoria, moral e direito (Cf. J. Assmann, *Maât, l’Egypte pharaonique et l’idée de justice sociale*, Conférences essais et leçons du Collège de France, Julliard, 1989).

promettesse este acesso, o defunto tinha que ser conhecedor da fórmula 30B do *Livro dos Mortos*: “Ó meu coração da minha mãe, (...) víscera do coração das minhas diferentes idades, não te levantes contra mim em testemunho, não te oponhas a mim em tribunal, não mostres hostilidade contra mim na presença do guarda da balança (...)” (Lopes, 1991:66).

O *ka* ou duplo do indivíduo consiste numa reserva de força vital e de energia. Enquanto elemento imaterial não possuía uma contrapartida física, pelo que lhe era atribuída substância através da sua representação na forma de estátua, esta servindo como morada. Estava associado à subsistência do indivíduo após a morte, possibilitando um acesso às oferendas de alimento colocadas ou representadas nas capelas dos túmulos. O *ka* habitava o corpo mumificado na câmara funerária e deslocava-se desta para a câmara de oferendas onde habitava uma estátua no decurso do processo de alimentação.

Outro elemento primordial era o *ba*, frequentemente representado como um ser híbrido com corpo de ave, cabeça humana e mãos e braços humanos, sobrevoando o túmulo ou o corpo do defunto. Encontra-se particularmente associado à mobilidade do morto no Além, permitindo que este viaje para o mundo dos vivos ou ascenda aos céus e navegue com o deus solar na sua barca. Apesar da importância que assumia a mobilidade do *ba*, era fundamental que este voltasse regularmente ao corpo e se reunisse com este.

A distinção entre *ba* e corpo nada deve à dualidade corpo/alma defendida pelos filósofos platónicos ou mesmo proveniente de uma certa tradição cristã, onde a sobrevivência na eternidade era destinada apenas à alma e ao corpo restava unicamente a destruição (Dunand; Lichtenberg, 2002: 41). Contrariamente, para os egípcios antigos era necessária a preservação e união de todos os elementos constituintes do indivíduo, sendo esta uma condição necessária à sobrevivência do defunto no Além, desta forma, evitando a temível segunda morte, concebida pelos egípcios antigos como definitiva. Esta noção surge como antítese à visão da morte como uma etapa num processo continuado, ou seja, uma concepção da morte como uma passagem para um novo estágio de existência, onde o morto é integrado num «padrão cíclico do universo», envolvendo um contínuo renascimento este muitas vezes aludido através de uma comparação com o ciclo incessante do nascer e pôr-do-sol (Taylor, 2001: 31).

A preservação do corpo era fundamental, sendo necessária para a sobrevivência dos elementos imateriais, *ka* e *ba*. Pascal Vernus sublinha a necessidade de preservação do elemento material incorruptível: «le corps n'est pas une enveloppe ou une gangue

dont il faudrait se libérer, mais une manifestation solidaire de toutes les autres manifestations possibles à travers lesquelles on échappe à l'anéantissement. Il faut donc à tout prix en préserver l'intégrité menacée par la mort » (1998:122).

As alusões na literatura funerária ao desmembramento do corpo e á necessidade da sua restituição fazem eco do mito de Osíris. Divindade que após ter sido morto e seu corpo desmembrado ressuscita tornando-se o rei dos mortos. Osíris assume uma importância primordial no panteão egípcio sobretudo a partir do Império Novo, período onde assume a forma que apresentará no Período Romano, de onde nos chega a célebre obra de Plutarco, *De Iside et Osiride*, a versão mais completa do mito. Ísis assume um grande protagonismo na ressurreição de seu esposo, é ela que reúne os membros mutilados e juntamente com outras divindades realiza um ritual de enterro condigno. De destacar a participação de Anúbis no embalsamamento do corpo do rei morto, divindade que surge representada com cabeça de chacal e que se tornará no patrono da mumificação. Enquanto primeira múmia, Osíris torna-se um modelo a seguir, sendo a preservação do corpo fundamental no acesso à via de salvação osírica, isto é, na passagem para a eternidade e conquista do Reino dos Ocidentais (Lopes,1998:12). A múmia tornava-se um potencial Osíris, sendo a prática da mumificação responsável pela passagem do indivíduo para uma etapa superior da hierarquia dos seres.

Além da preservação do corpo era ainda necessário restaurar o uso dos sentidos, tornando possível o seu uso pela eternidade. A restauração das faculdades sensoriais era possível através da cerimónia da «abertura da boca», realizada pelos sacerdotes sobre o corpo mumificado ou o sarcófago que o protegia, através da manipulação de uma série de instrumentos carregados de simbolismo e de magia. Com os instrumentos tocavam a boca, nariz, olhos e orelhas, permitindo que o defunto pudesse realizar funções vitais como respirar e comer no Além.

As fontes para o processo de mumificação realizado no antigo Egipto são escasas, testemunhando uma certa relutância em referir uma prática que apesar de tudo envolvia a corrupção do corpo (Taylor,2001:49). O texto *Ritual de Embalsamamento*², essencialmente de natureza religiosa, apresenta um relato da aplicação de unguentos, colocação de tiras de linho no corpo e aplicação de amuletos, sendo omitida a referência aos detalhes do processo de embalsamamento propriamente dito. O *Papiro Mágico*

² Este texto foi preservado em documentos em hierático datados essencialmente do Período Romano. Um desses documentos, o Papiro Bulaq 3, encontra-se preservado no Museu do Louvre em Paris. Apesar do texto corresponder a uma tradição anterior, não se teve acesso a documentos mais antigos.

Rhind datado de c.200 a.C. também apresenta uma referência ao processo muito breve, relatando a unção e colocação das tiras de linho no corpo. Datado da XXVI dinastia, do Período Tardio, o *Papiro Ápis*, apresenta uma descrição do prática de embalsamamento do boi sagrado Ápis venerado em Mênfis.

As descrições mais completas e detalhadas são as provenientes das obras dos autores clássicos Heródoto e Diodoro de Sicília, que apresentam muita informação não encontrada em qualquer outra fonte documental, todavia, os relatos são confirmados actualmente pela análise das múmias que sobreviveram. Heródoto, oriundo de Halicarnasso na Ásia Menor, visitou o Egipto c. 450 a.C. durante o domínio Persa. Apresenta uma descrição pormenorizada do processo de mumificação na sua obra de nove volumes intitulada *História*. Apesar das dúvidas que a sua descrição suscita esta é considerada a mais importante fonte escrita relativa à mumificação. Diodoro proveniente de Sicília visita o Egipto alguns séculos mais tarde, mais concretamente no I século a.C. Além das fontes textuais, as representações artísticas deste processo são extremamente raras. Muitas capelas de túmulos possuem representações das várias etapas do ritual de enterro, contudo, a mumificação apesar de ser parte integrante deste cerimonial nunca surge de uma forma explícita, sendo frequentemente representada de uma forma simbólica através da imagem do deus Anúbis junto a um corpo mumificado ou a um sarcófago.

O termo embalsamamento deriva do Latim *in balsamum*, com o significado de preservação pelo bálsamo, aplicado na realidade. A palavra persa *mummia* possui o significado betume, termo aplicado num Período Tardio aos corpos mumificados que apresentavam uma coloração negra parecendo que tinham sido embebidos em betume. Todavia, o betume não foi utilizado no processo de mumificação, com excepção para uma múmia do Período Tardio que possuía vestígios de utilização desta substância, prática não confirmada em análises a outras múmias datadas do mesmo período (Lucas; Harris,1999: 271).

Génese e Evolução da Mumificação

A crença numa existência continuada após a morte é comum a outras civilizações, todavia, esta assume características particulares no Egipto antigo, condicionada pela natureza do país. O clima quente do território possibilitou a preservação dos corpos das primeiras sepulturas exíguas realizadas nas areias do deserto muito acima do nível da água. A areia em contacto directo com o corpo tornava-se muito quente e a humidade e todos os fluídos corporais evaporavam, dificultando o processo natural de decomposi-

ção. Estas primeiras múmias naturais datadas do IV milénio a.C.³ foram provavelmente encontradas por engano como resultado da acção de animais do deserto ou aquando a construção de túmulos posteriores. A aparência do corpo semelhante à que possuía em vida, provavelmente originou a crença de que a existência humana não terminava com a morte e que a sobrevivência do corpo desempenhava um papel importante na nova vida (Taylor,2001:46). Os egípcios não compreenderam a acção benéfica da areia na preservação dos corpos. A principal preocupação torna-se a protecção do corpo, motivados pelo desejo de otimizar as condições para os mortos, separam cada vez mais o corpo do enchimento de areia, acelerando o processo de decomposição. No Período Dinástico Inicial as sepulturas da realeza e dos nobres tornam-se mais profundas e começam a possuir um revestimento de tijolo de adobe ou madeira e por vezes uma superestrutura de madeira consolidada com lama.

Os corpos anteriormente cobertos com peles de animais ou tecidos de linho, começam a ser envolvidos com faixas de linho, dos quais são conhecidos exemplos datados das I, II e III dinastias, antes de existirem testemunhos que comprovem a realização de mumificação. O primeiro exemplo da utilização de tiras de linho é datado da I dinastia, trata-se de um braço encontrado por Petrie no túmulo do rei Djer em Abidos, provavelmente tratando-se do braço do próprio rei (Spencer,1991:34). A difusão da utilização de caixões de madeira neste período agravou a decomposição do corpo. Conscientes deste problema os egípcios antigos adoptaram uma técnica que envolvia o uso de faixas de linho embebidas em resina⁴ e moldadas ao corpo, que desta forma mantinha uma aparência semelhante à que possuía em vida⁵. Os corpos enfaixados datados da IV dinastia não constituem ainda exemplos de uma verdadeira mumificação, uma vez que não há qualquer tipo de manipulação do corpo além da colocação do linho e da resina.

No início da IV dinastia encontramos os primeiros exemplos de tentativas delibadas de inibir o processo de decomposição através da extracção de alguns órgãos internos, particularmente o estômago, fígado e intestinos. A remoção das vísceras facili-

³ O exemplo mais célebre destas primeiras múmias preservadas naturalmente é conhecido como Ginger e encontra-se exposto no Museu Britânico. Esta múmia espontânea foi encontrada intacta em Gebelein e é datada de Nagada II, c.3200 a.C.

⁴ A resina utilizada era obtida do Mediterrâneo Oriental, principalmente proveniente do cedro (apesar da sua utilização ser questionável) das montanhas do Líbano na Síria e das montanhas de Taurus na Ásia Menor, o abeto do Norte da Síria e Ásia Menor, do pinheiro de Alepo do Norte da Síria e Ásia Menor e o espruce oriental da Ásia Menor (Lucas;Harris,1999:319). Quanto à resina utilizada como goma, tratar-se-ia provavelmente de mirra (Lucas;Harris,1999:322).

⁵ Exemplos desta prática datados da II dinastia foram encontrados em algumas sepulturas em Sakara, necrópole de Mênfis, possuindo oito camadas de tecido em torno dos membros e catorze em torno do peito (Spencer,1991: 35).

tava a desidratação do corpo, pois a cavidade abdominal podia ser seca mais rapidamente. As evidências deste procedimento chegam-nos não de múmias mas de algumas alterações na decoração dos túmulos e ainda alguns objectos aí presentes. Os órgãos retirados deviam ser preservados para que o corpo do defunto pudesse ser completo no Além, pensava-se que estes seriam magicamente reunidos ao resto do corpo. Um recinto especial na parede, usualmente Sul, da câmara funerária começa a surgir destinado a receber as vísceras, enroladas em linho. Vários exemplos de túmulos contendo este recinto foram encontrados na necrópole de Meidum, datados do início da IV dinastia, grande parte dos quais não continha vestígios das vísceras (Spencer,1991:36).

O primeiro exemplo de utilização de um recipiente para conter os órgãos removidos e tratados surge no início da IV dinastia, com o vaso funerário da rainha Hetephehes, esposa de Snéfru e mãe de Khufu. Este era de alabastro e continha quatro compartimentos com maços enrolados em linho, tratando-se provavelmente das vísceras, emersas numa solução diluída de natrão (Lucas;Harris,1999:271). Esta separação e secagem dos órgãos implica a preparação do corpo, todavia este não foi preservado, provavelmente destruído por saqueadores que procuravam as jóias que certamente acompanhavam o corpo da rainha. Outra exemplo da retirada dos órgãos datado da IV dinastia é o da múmia do príncipe Ranefer encontrada na sua mastaba em Meidum. A cavidade abdominal apresentava-se sem vestígios de vísceras e com um enchimento de linho embebido em resina, encontrando-se os órgãos envolvidos em tecido e depositos num nicho na parede do túmulo.

Durante as primeiras dinastias a retirada das vísceras não parece ter sido muito frequente, parecendo ser um privilégio do faraó, da sua família e altos dignatários. As sepulturas de pessoas de condição mais modesta, como é o caso da necrópole dos artesãos que trabalharam na construção das pirâmides de Giza da IV dinastia, apresentam corpos em estado de esqueleto sem qualquer vestígio de mumificação. Desde o início da IV dinastia começa a ocorrer uma alteração na deposição do corpo no interior das sepulturas, de uma posição contraída passou-se a colocar o corpo em posição distendida. O novo costume surge em primeiro lugar nos túmulos dos ricos, enquanto que os pobres continuam a ser enterrados na posição típica do período anterior. Esta alteração pode estar associada à introdução de novas práticas associadas à mumificação, uma vez que torna mais simples alguns dos procedimentos, como a retirada das vísceras (Spencer,1991:39-40; Dunand; Lichtenberg,2002:19). Em múmias encontradas em Giza e datadas da V e VI dinastias, uma fina camada de gesso, por vezes pintada, fora acres-

centada às faixas de linho. O Império Antigo testemunhou importantes evoluções técnicas sobretudo no domínio da construção das pirâmides, já no campo da preservação do corpo os métodos utilizados pouco evoluíram.

Durante o Primeiro Período Intermediário ocorre uma importante inovação na apresentação do corpo mumificado, enquanto que a retirada das vísceras e secagem do corpo continua a ser praticada de acordo com os princípios estabelecidos no período anterior. As faixas de linho deixam de ser moldadas ao corpo sendo o corpo enrolado num «casulo de linho» sem individualização dos membros, por último era colocada uma máscara de cartonagem pintada sobre a cabeça com uma representação de uma imagem idealizada do defunto (Taylor,2001:81).

No Império Médio várias técnicas estavam a ser utilizadas, nomeadamente a extracção das vísceras pelo anus e a injeção anal de produtos dissolventes ou anti-sépticos. As múmias de várias princesas da XI dinastia testemunham esta prática, apresentando o recto e a vagina dilatados com vestígios de produtos resinosos (Dunand;Lichtenberg,2002:20). Outra prática realizada durante este período era a desidratação do corpo por contacto com o areia, como testemunham os corpos de sessenta arqueiros de Mentuhotep II encontrados em Deir el-Bahari, sem dúvida mortos em combate (Dunand;Lichtenberg,2002: 20-21; Spencer,1991:114). Mais frequente era a aplicação de um tratamento semelhante ao realizado no Império Antigo nos enterros ricos, envolvendo a retirada das vísceras através de um incisão no abdómen e o enchimento do espaço deixado com linho. Esta prática é comprovada pela existência de inúmeros recipientes para vísceras encontrados nos túmulos da XI e XII dinastias. Estes apresentavam a forma de quatro jarras com tampas em forma de cabeças humanas, realizados em pedra ou cerâmica.

Deste período possuímos um exemplo de uma múmia intacta, datada da XI dinastia e pertencente a um nobre de nome Wah, enterrado em Tebas durante o reinado de Mentuhotep III. Este apresentava uma incisão no abdómen por onde tinham sido extraídos os órgãos e encontrava-se enrolado por uma enorme quantidade de faixas de linho, atingindo 375 m² no seu todo (Spencer,1991:115). Estas escondiam jóias e amuletos entre as várias camadas e por vezes apresentavam vestígios de resina, utilizada para unir as faixas de linho. A cabeça da múmia do governador provincial Djehutinakht, encontrada no seu túmulo em Deir el-Bersha, encontrava-se moldada por camadas de linho destacando os traços do rosto, evidenciados pela utilização de pintura nas camadas exteriores (Taylor,2001: 82). A remoção do cérebro, normalmente efectuada por via

nasal, começa a ser praticada, ainda numa fase experimental, atingindo o seu auge no Império Novo.

No Segundo Período Intermediário, apesar de possuirmos pouca informação, parece que as técnicas utilizadas na XII dinastia continuam em uso na XIII. Nos túmulos em Dashur do rei Hor e da sua filha, foram encontrados recipientes para vísceras, indicando uma continuidade na prática de remoção dos órgãos. Os Hicsos, governantes estrangeiros que dominaram o Norte do Egipto durante este período, parecem ter adoptado as práticas de enterro dos seus territórios de origem. Os túmulos pertencentes a estes reis escavados em Tell el-Daba no Nordeste do Delta, não apresentam vestígios da prática da mumificação (Taylor,2001:83). Contudo, esta continua a ser praticada em Tebas pelos governantes egípcios da XVII dinastia. Um exemplo bem preservado deste período é o da múmia do rei Seqenenre, actualmente no Museu do Cairo. Este rei da XVII dinastia parece ter morrido em resultado de ferimentos na cabeça infligidos em batalha. Provavelmente como consequência das circunstâncias da morte do rei, o embalsamamento do corpo foi muito descuidado (Spencer,1991:117). Os órgãos internos foram extraídos através de uma incisão no lado esquerdo do abdómen e a cavidade fora enchida com linho. A cabeça não recebeu qualquer tratamento, encontrando-se o cérebro ainda exposto. A múmia do seu sucessor, Kamés provavelmente também fora alvo de um embalsamamento ineficaz, o que explicaria a sua destruição em pedaços ao ser manipulada aquando a descoberta em 1857 (Taylor,2001:83).

No Império Novo assistimos a um avanço nas técnicas utilizadas, o que seguramente fora facilitado pela estabilidade e prosperidade que o Egipto alcança neste período, à qual devemos acrescentar uma superior acessibilidade a materiais e produtos do exterior provenientes de um comércio realizado a larga escala (Taylor,2001:83). As inovações tecnológicas no domínio da mumificação podem ser testemunhadas pelas múmias dos faraós e suas rainhas na sua maioria preservados até à actualidade. Estas certamente eram alvo de uma mumificação de primeira qualidade, muito superior à realizada correntemente. Neste período, a mumificação torna-se acessível a maior número de pessoas, o que é comprovado pelos exemplos de múmias recuperadas em Deir el-Medina, a vila de artesãos responsáveis pela construção dos túmulos reais da necrópole tebana. O túmulo do artesão Sennedjem, descoberto intacto, continha várias múmias pertencentes à mesma família e um abundante equipamento funerário. As técnicas de mumificação empregues nas múmias de classes mais baixas eram muito rudimentares,

frequentemente o corpo era simplesmente seco e enfaixado, sem extracção dos órgãos internos.

A extracção do cérebro torna-se uma prática regular, sempre presente nos embalsamamentos mais dispendiosos. O cérebro da múmia de Ahmés I, primeiro rei da XVIII dinastia, fora extraído através do *foramen magnum* na base do crânio. Uma técnica muito complexa que não teve continuidade, sendo a extracção do cérebro via nasal amplamente utilizada. A extracção dos órgãos internos por uma incisão no abdómen continua a ser utilizada, verificando-se a introdução de um novo costume com a múmia de Tutmés III, passando a incisão a ser realizada na diagonal desde o osso da anca até à região púbica.(Spencer,1991:121). As múmias da XVIII dinastia apresentam uma pele com uma coloração negra, visível por exemplo na múmia de Tutmés III. Este tom escuro surgia em resultado da aplicação de resinas, destinadas a isolar a pele da humidade que aceleraria a decomposição. Nalguns casos a resina penetrara até ao interior dos ossos, o que indica que esta seria aplicada quente. As cavidades corporais das múmias reais eram enchidas com vários materiais, o mais frequentemente utilizado era a resina, mas na XIX e XX dinastias começam a ser utilizados líquen, serradura e uma substância gordurosa misturada com natrão (Taylor,2001:84).

Ao longo do período verificamos uma evolução na deposição do corpo no interior do sarcófago. Nas primeiras dinastias os braços surgem estendidos ao longo do corpo, posteriormente os braços são colocados estendidos com as mãos sobre a região genital, por fim e após o reinado de Tutmés II os braços surgem cruzados sobre o peito. Nesta posição as mãos provavelmente seguravam as insígnias típicas da realeza, os ceptros *hekhat* e *nekhakha*⁶, realizadas em madeira dourada, tal como as encontradas no túmulo de Tutankhamon (Spencer,1991:120). Neste período, as mãos e unhas eram alvo de uma grande atenção, numa tentativa de preservar todas as partes do corpo pela eternidade. As unhas eram unidas com faixas para evitar a sua desagregação, nalguns casos as unhas eram protegidas com placas de metal tubulares. Outros tratamentos cosméticos são atestados, como a colocação de extensões de cabelo verdadeiro a Ahmés-Nefertari, esposa de Ahmés, que morrera com uma idade avançada e perdera parte do seu cabelo (Spencer,1991:118). O cabelo e as unhas podiam pintados com Hena e nalguns casos eram colocados olhos artificiais, utilizando-se linho ou outro material.

⁶ Em forma de báculo e *flagelum* respectivamente são os ceptros mais frequentemente representados em associação ao soberano.

No Terceiro Período Intermediário novas progressos são alcançados, sobretudo no domínio da aparência das múmias, que se pretendia cada vez mais próxima da que possuíam em vida. Nesta óptica, era colocado um enchimento subcutâneo de materiais como a lama, linho, areia e serradura, frequentemente através da incisão realizada na região abdominal destinada à remoção dos órgãos. Por vezes era necessário proceder-se a novas incisões para permitir o enchimento de outras partes do corpo, como os membros ou as costas. As técnicas utilizadas anteriormente são aperfeiçoadas e amplamente utilizadas, atingindo-se um auge durante a XXI dinastia. O desejo de alcançar um corpo completo explica a nova prática associada às vísceras. Após tratamento, o fígado, estômago, intestinos e pulmões, eram colocados novamente no interior da cavidade corporal, sendo abandonada a colocação em vasos funerários. Cada órgão era enfaixado em linho e acompanhado por uma figura de cera de um dos Filhos de Hórus⁷ que lhes conferia protecção mágica (Taylor,2001:86-87). Por vezes a pele das múmias era pintada, sendo utilizado o vermelho nos indivíduos do sexo masculino e o amarelo para as corpos femininos, em conformidade com os cânones artísticos vigentes. Tal como no período anterior, as falhas no cabelo, deformidades ou perdas de algum órgão externo ou membro, davam origem à sua substituição ou ao seu arranjo.

Após o fim da XXI dinastia inicia-se um declínio no processo de mumificação, particularmente manifesto no início do Período Tardio. Neste período, o enchimento subcutâneo torna-se raro e assistimos à generalização da utilização de resina derretida para preservar o corpo. Os vasos funerários surgem novamente, apesar do seu uso não se estender a todo o território, nalguns casos as vísceras eram deixadas entre as coxas sob as faixas de linho (Taylor,2001:87). A partir do século IV a.C. assistimos a uma generalização da mumificação a todas as classes da sociedade, conseqüentemente a qualidade do processo decai. Os ricos e poderosos continuavam a ter acesso a um tratamento elaborado, enquanto que a grande maioria dos corpos mumificados eram apenas preservados em resina, sem extracção de vísceras. Autores como Spencer sublinham a desordem do processo neste período: partes do corpo foram perdidas ou misturadas com

⁷ Até este período, cada um dos órgãos retirados, à excepção do cérebro, era colocado em vasos funerários, designados pelos egípcios como *qebu en wet*, “jarros de embalsamamento”, mas conhecidos na actualidade como vasos canópicos (Taylor,2001:65). No Império Novo cada um destes possuía uma tampa com a representação da cabeça de uma das divindades protectoras dos órgãos. Estes eram conhecidos como Filhos de Hórus: Imseti representado com cabeça humana protegia o fígado, Hapi com cabeça de babuíno protegia os pulmões, Duamutef com cabeça de chacal estava associado ao estômago e por último Kebeshenuf é representado com cabeça de falcão e surge associado aos intestinos. Esta associação é a mais frequente, contudo, alguns exemplos mostram outras possibilidades, demonstrando que esta prática não era fixa em todo o território.

pedaços provenientes de outros corpos; ossos de vários indivíduos enrolados em faixas de modo a formar um esqueleto único; uma múmia de criança proveniente da Núbia foi inumada com um crânio de adulto a substituir a sua cabeça, etc. (1991:125).

No Período Romano a mumificação continua a ser realizada, sendo dada especial atenção à apresentação exterior da múmia. As faixas de linho exteriores são colocadas de uma forma muito elaborada, formando desenhos geométricos, losangos e quadrados, realçados pela aplicação de tecidos de cores variadas e de ornamentos em estuque dourado (Dunand;Lichtenberg,2002:76). Nalguns casos verifica-se a recuperação do costume do Império Antigo de separação dos membros na colocação das faixas de linho. Novas técnicas fazem a sua aparição neste período, nomeadamente a substituição das máscaras funerárias pelos retratos das múmias, identificados maioritariamente na necrópole do Faium. Estes eram colocados em frente à face da múmia, sobre uma placa de madeira ou sobre a mortalha funerária. A técnica de representação utilizada não é tipicamente egípcia, mas pompeia (Dunand;Lichtenberg,2002:77). Outra novidade era a prática de dourar certas partes do corpo e a face através da aplicação de folhas de ouro muito finas. Na origem deste costume e também da utilização de máscaras de ouro em períodos anteriores, encontra-se a concepção egípcia de que a carne dos deuses era de ouro, sublinhando a assimilação do defunto a uma divindade.

As últimas múmias são datadas dos séculos II e III d.C., testemunhando uma sobrevivência às influências estrangeiras que se fizeram sentir nesta última fase da história do Egipto antigo. Intimamente associada à religião egípcia, a mumificação foi condenada enquanto prática pagã pela igreja Copta. Apesar desta condenação algumas evidências comprovam uma continuidade na prática. Vários corpos foram identificados em Tebas, próximo de alguns conventos Coptas, cobertos de blocos de natrão e enfaixados em linho, preservando ainda os hábitos monásticos (Dunand;Lichtenberg,2002:24).

Na descrição que apresenta do processo, Heródoto apresenta três métodos alternativos que seriam utilizados em simultâneo no território. Basicamente, estes diferiam em qualidade e em custo. O processo mais elaborado envolvia a extracção do cérebro, parte mecanicamente e outra parte quimicamente. A remoção dos órgãos internos da cavidade abdominal e torácica através de uma incisão com uma faca de obsidiana. Toda a área era limpa com vinho de palma e especiarias e a incisão era cosida. O corpo era coberto com natrão durante 70 dias, após os quais o corpo era lavado e enfaixado com linho embebido em resina. O segundo método descrito pelo historiador grego, menos complexo e mais económico, não envolvia a remoção das vísceras através de uma inci-

são. Era administrada uma injeção de óleo de cedro pelo anus, devendo a substância permanecer no interior do corpo durante o período que decorria a mumificação, desintegrando todos os órgãos internos. Spencer considera pouco provável que o óleo de cedro tivesse este efeito, todavia, a decomposição natural dos órgãos teria facilitado a sua saída juntamente com a substância (1991:113). O corpo era ainda desidratado com o recurso ao natrão. O terceiro método, utilizado sobretudo pelas classes mais baixas, consistia na realização de uma purgação ao intestino e no tratamento com natrão.

O testemunho dado por Diodoro de Sicília, possivelmente baseado no de Heródoto, apesar de não ser tão detalhado, acrescenta alguma informação não referida pelo historiador anterior. Menciona a prática de três tipos de enterros e apenas uma classe de mumificação. Esta compreendia a remoção das vísceras abdominais e torácicas, com excepção do coração e dos rins. A limpeza do corpo e vísceras com vinho de palma misturado com várias especiarias. A unção do corpo com óleo de cedro e com mirra, canela e outras substâncias, com o objectivo de perfumá-lo e preservá-lo (Lucas; Harris,1999:299).

As Técnicas de Mumificação

Os testemunhos destes autores clássicos, apesar de proferidos num período de decadência do processo, são levados em consideração pelos egiptólogos actuais e comprovados pela análise actual realizada às múmias. As evidências arqueológicas confirmam a existência de uma variação nos métodos de embalsamamento utilizados ao longo dos vários períodos, comprovando o testemunho de Heródoto. A partir destes testemunhos de autores clássicos, das fontes coevas e da pesquisa recente foi possível reconstituir as várias etapas do processo de mumificação. Certas etapas são puramente técnicas, outras apesar de contribuírem para a conservação do corpo são meramente rituais.

Segundo o testemunho de Heródoto, o procedimento iniciava-se na oficina do embalsamador com a escolha do processo de mumificação a aplicar, feita pelos familiares do defunto. Primeiramente, o corpo era lavado, provavelmente utilizando uma solução diluída de natrão (Taylor,2001:52). Além do aspecto prático desta aspersion, a água assumia uma função ritual associada à purificação. Os próximos estádios deste processo envolviam a extracção de parte dos órgãos internos. No método mais dispendioso eram removidos o cérebro e todas as vísceras abdominais e torácicas, com excepção do coração e dos rins. O cérebro era extraído por via nasal, através da perfuração do osso etmóide com um instrumento em bronze de forma alongada com uma extremidade arredonda. Na maior parte dos exemplos analisados a perfuração fora realizada na narina

esquerda. O acesso à cavidade craniana podia ser realizado por outras vias, nomeadamente através do *foramen magnum* na base do crânio ou através das órbitas oculares (Lucas;Harris,1999:300). Uma vez alcançado o cérebro, este era perfurado com o instrumento que permitira o acesso e os fragmentos resultantes eram retirados por irrigação. A massa encefálica não era preservada, contrariamente ao que ocorria com outros órgãos. Cada órgão é alvo de um tratamento proporcional à percepção que os egípcios antigos tinham da sua importância. O coração, considerado a sede da inteligência e das emoções, era preservado, enquanto que ao cérebro não era atribuída qualquer importância. Após esvaziada a cavidade craniana era enchida com tecidos de linho ou serradura ou por vezes, com resina, de coloração negra e aspecto vítreo, colocada em estado líquido através do seu aquecimento (Lichtenberg,2000:32). Por fim, as narinas são tapadas com o tampões de linho.

A segunda etapa do processo consistia na extração das vísceras através de uma incisão no lado esquerdo da região abdominal, junto à anca ou um pouco mais em cima, mas sempre na vertical. A incisão era realizada com uma faca de obsidiana ou por outro material afiado como o sílex, possibilitando o acesso e remoção dos intestinos, estômago, fígado e pulmões. O coração era deixado no lugar, junto do seu detentor, uma vez que ia assumir um papel determinante no julgamento dos mortos. O orifício que possibilitava a retirada das vísceras era, em princípio, deixado aberto, mas por vezes era cosido ou selado com a colocação de algum material. Nos corpos mumificados dos reis ou altos dignatários da nação, este era coberto por uma placa de ouro gravada com o nome do faraó e a imagem dos filhos de Hórus (Lichtenberg,2000:33). Noutros casos era aplicada uma placa de metal ou cera de abelhas. Apresentando uma variação consoante o período, os órgãos retirados eram embalsamados individualmente e colocados à parte em vasos funerários ou posicionados novamente no corpo. A extração das vísceras por uma incisão no abdómen podia ser substituída por uma injeção administrada pelo anus. Heródoto refere que a substância utilizada seria o óleo de cedro, mas provavelmente tratar-se-ia de óleo de zimbro (Taylor,2001:55). Independentemente da substância utilizada, a desintegração dos órgãos internos mencionada como resultado deste procedimento pelo autor clássico não seria exequível. Taylor avança a hipótese de que a intenção dos executantes do processo seria a preservação dos órgãos no interior do corpo e não a sua expulsão em estado líquido, uma vez que em várias múmias que teriam sido alvo deste processo foram identificados vestígios dos órgãos internos (2001:55). Após a retirada e tratamento das vísceras a cavidade abdominal e torácica era limpa com vinho de palma

e especiarias. Este procedimento descrito por Heródoto não deixou vestígios passíveis de uma comprovação na actualidade.

A etapa seguinte, a mais longa de todas, consistia na desidratação do corpo. A extracção dos fluídos corporais prevenia a formação de bactérias que estão na origem da decomposição do corpo. A secagem do corpo podia ser realizada através o contacto directo com a areia, à semelhança do que ocorria nas mumificações espontâneas do Período Pré-Dinástico, ou mediante o recurso a uma substância natural que provocasse a desidratação do corpo. De acordo com a investigação recente a substância utilizada seria o natrão, um composto natural de carbonato de sódio e bicarbonato de sódio, acessível mesmo no presente em várias localidades no Egipto, nomeadamente no Uadi Natrum e na província de Beheira no Baixo Egipto e em El Kab no Alto Egipto. Paralelamente à sua aplicação na mumificação o natrão era utilizado em cerimónias de purificação, sobretudo na purificação da boca, no fabrico de vidro, louça vidrada, como pigmento, na cozinha, na medicina e como agente branqueador no tratamento do linho. O natrão era colocado no interior do corpo do cadáver em pacotes individuais realizados em linho. O exterior do corpo era coberto por natrão em pó e não por solução diluída como inicialmente foi defendido. A. Lucas comprovou os efeitos desta substância mediante algumas experiências efectuadas em animais, concluindo que o natrão em estado sólido apresentava efeitos mais próximos dos verificados nas múmias analisadas (Lucas;Harris,1999:293).

Após a aplicação do natrão, o corpo perdera a maior parte do seu peso e apresentava-se rijo e seco, com a pele escura e enrugada. Numa tentativa de restaurar a aparência anterior eram introduzidos determinados materiais na cavidade abdominal, torácica e craniana. Heródoto refere que este procedimento tinha lugar antes da desidratação do corpo, todavia, actualmente crê-se que este era realizado após a aplicação do natrão. Os materiais utilizados para restaurar o volume perdido do corpo variavam entre o linho, linho com resina, serradura, serradura com resina, terra e natrão, líquenes e ocasionalmente cebolas (Lucas;Harris,1999:301). Em várias múmias do Período Tardio ou Romano verifica-se a utilização exclusiva de resina como enchimento.

As etapas que se seguem encontram-se fundamentalmente ligadas à apresentação do corpo. Segundo o testemunho de Diodoro o corpo era untado com óleos, sendo referido o óleo de cedro, e esfregado com mirra, canela e outras substâncias odoríferas. No *Ritual de Embalsamamento* encontramos algumas referências a esta etapa do processo, essencialmente de teor ritual. O corpo do defunto era equiparado ao corpo divino,

pelo que devia possuir o «odor de um deus» (Taylor,2001:57). Entre as substâncias utilizadas na unção do corpo um destaque para as resinas vegetais e para o betume, este último referido pelos autores clássicos mas utilizado sobretudo a partir do Período Tardio. Após a aplicação dos óleos e bálsamos, inicia-se a colocação das faixas de linho. Esta prática encontrava-se fortemente regida pelo ritual, sendo acompanhada pela recitação por parte do sacerdote leitor de fórmulas sagradas. O *Ritual de Embalsamamento* inclui as preces que deviam ser proferidas, bem como algumas indicações relativamente à colocação dos panos de linho, como a ordem que esta devia seguir e a cor que estes deviam apresentar. As faixas de linho possuíam uma conotação religiosa muito forte, estando associadas à crença de que tinham sido fornecidas por Tayet, deusa patrona da tecelagem, ou pelas tecedeiras da deusa Neit, divindade guerreira mas também adorada enquanto divindade tutelar da tecelagem. A aplicação de tecidos utilizados previamente em vida era muito frequente, detectando-se peças de vestuário ou roupa de cama.

Entre as várias camadas de tecido eram colocados vários amuletos para protecção do defunto, procurando seguir as orientações fornecidas nas rubricas das fórmulas do *Livro dos Mortos*. O mais importante amuleto estava ligado à protecção do coração, funcionando como substituto do órgão ou como protecção. Este apresentava frequentemente a forma de escaravelho, mas podia ser representado como um coração e continha inscritas as fórmulas 29B e 30 do *Livro dos Mortos*. Entre as faixas eram ainda colocadas jóias em ouro, prata e pedras preciosas, dependendo do nível de riqueza do defunto. O processo terminava com a colocação de uma máscara funerária, realizada em ouro ou em cartonagem, consoante o destinatário se tratasse do rei ou de pessoas de condição mais modesta. Utilizada desde o Primeiro Período Intermediário até ao Período Romano, procurava representar a imagem perfeita e idealizada do morto transfigurado. No caso das máscaras reais é possível falar de uma intencionalidade na representação dos traços faciais, verificando-se alguma semelhança entre estas e as restantes representações dos faraós, sobretudo no domínio da estatuária.

A maioria das fontes que mencionam este processo concordam em atribuir-lhe a duração de 70 dias, muito provavelmente correspondendo a todo o período de luto desde a morte até ao enterro. Só uma mumificação muito elaborada é que ocuparia 70 dias, com 30 a 35 dias para a retirada das vísceras e secagem do corpo e 30 a 35 para a unção e enfaixamento. Grande parte deste tempo era devotado aos rituais que acompanham todo o processo.

A purificação inicial do corpo decorria numa estrutura temporária localizada junto à água, designada durante o Império Antigo como *seh-netjer*, “abrigo divino”, quando destinada ao corpo do rei e *ibu en wab* ou “tenda de purificação”, associada aos rituais de purificação de todos os restantes. As seguintes etapas do processo decorriam no *wabet* ou *per-nefer*, cuja tradução num sentido literal será “lugar puro” e “casa bela ou boa”, mas com o sentido de “casa do rejuvenescimento” (Taylor,2001:77). Tal como a anterior seria uma estrutura temporária, neste caso localizada junto da necrópole. Num período posterior, com uma extensão do processo de mumificação a um maior número de pessoas, começam a surgir estruturas permanentes nas necrópoles. Construídas em tijolo de adobe apresentando uma divisão em espaços distintos, testemunhando a diversidade das operações aí realizadas.

Os executantes de todo o processo obedeciam a uma hierarquia semelhante à dos sacerdotes de um templo. As figuras principais eram distinguidas por títulos sacerdotais. O principal executante era o «Superior dos Mistérios» que assumia o papel de Anúbis, patrono da mumificação. O «Chanceler Divino» substituíria Hórus na direcção dos trabalhos. Outros são designados como os «Portadores de Selos do Deus» e os «Guardiães do Livro Sagrado» ou sacerdotes-leitores, responsáveis pela leitura das fórmulas durante as várias etapas do processo. Mas a grande massa de embalsamadores responsáveis pelos aspectos técnicos do processo eram conhecidos como os *wetyu*.

Segundo o testemunho do autor clássico Diodoro, estes cargos eram hereditários, à semelhança do que ocorria noutras actividades. Possivelmente os executantes estavam organizados em equipas, trabalhando em simultâneo num mesmo corpo, cada grupo responsável por uma fase do processo. Esta divisão do trabalho é comprovada por alguns contractos estabelecidos entre equipas de embalsamadores testemunhando um trabalho conjunto e ainda por fontes do período Greco-Romano que atestam um trabalho em equipa ou «guildas profissionais» (Spencer,1991:128). A divisão do trabalho é característica do estado e sociedade egípcias, marcando todos os ramos de actividades. A compartimentação do trabalho, contribuía para o aumento da produtividade e para a diminuição do tempo da produção, mas inibia a evolução das técnicas e estilos. A excessiva especialização do trabalho e a hereditariedade das profissões explica o conservadorismo patente no domínio da arte e técnica egípcia.

A Mumificação de Animais

Paralelamente à mumificação de seres humanos, os antigos egípcios mumificavam animais. Os egípcios não concebiam uma hierarquia de seres como os Gregos pos-

teriormente, não se verificando uma diferença fundamental entre homens e animais. O que explica que o divino possa assumir também formas animais ou híbridas além da forma humana. Mas a importância que os animais assumiam na religião egípcia não se esgota no domínio das representações, alguns animais eram considerados como encarnações vivas da divindade e objecto de um culto durante a sua vida e de uma mumificação elaborada e uma inumação pomposa depois da morte. Tal é o caso do boi Ápis venerado em Mênfis enquanto imagem viva de Ptah, o touro Boukhis associado ao deus sol Ré ou a Montu com culto em Ermant e Mnévis adorado em Helópolis enquanto manifestação do deus Ré. O crocodilo enquanto imagem viva do deus Sobek era venerado no Faium e em Kom Ombo, o carneiro enquanto símbolo do deus Khnum possuía um culto em Elefantina e o falcão enquanto símbolo do deus Hórus possuía um culto em Edfu.

Outros animais eram utilizados como *ex-votos*, deixados em determinados templos ou locais de peregrinação, associados à divindade a que estavam consagrados. Estes eram alvo de uma mumificação de qualidade medíocre e surgiam em grande número formando extensos cemitérios. Tal é o caso dos gatos - símbolos da deusa Bastet - inumados em Bubastis, em Sakara e em Spéos Artémidos, íbis - animal associado ao deus Tot - em Sakara e Tuna el-Gebel, falcões em Sakara e Edfu e crocodilos em Tebtunis e Kom Ombo. Outra categoria de animais mumificados era a dos animais de estimação, inumados junto do seu dono. Um exemplo desta prática é o da gata do príncipe Tutmés, filho mais velho de Amenhotep III, inumada num sarcófago de calcário cuja forma e decoração eram semelhantes às utilizadas em enterros humanos. O sarcófago continha uma representação da gata junto a uma mesa de oferendas e uma inscrição identificando-a com Osíris e invocando a protecção de algumas divindades funerárias.

A mumificação de animais teve uma eclosão tardia, começando a ser realizada por volta do I milénio a.C., coincidindo com o auge da mumificação humana. Os métodos de embalsamamento dos bois sagrados, atestados pelo *Papiro Ápis*, eram semelhantes aos realizados na mumificação humana. Os vasos funerários descobertos no Serepeum, em Sakara, testemunham a prática da extracção das vísceras, realizada por via anal e não através de uma incisão no abdómen. Em animais de pequenas dimensões, como pássaros e peixes, as vísceras não eram retiradas e estes eram apenas sujeitos à secagem mediante a utilização do natrão. As múmias de gatos do Bubasteion em Sakara têm sido alvo de um estudo aprofundado desde os anos 80 do século passado pela Missão Arqueológica Francesa (cf. Lichtenberg; Zivie, 2000). A grande maioria dos animais estudados eram jovens e tinham sido mortos voluntariamente, através de uma pancada

no crânio ou por estrangulação. A mumificação realizada era muito pouco elaborada, não envolvendo remoção de órgãos internos e consistindo sobretudo na secagem do corpo.

Bibliografia:

DRENKHAHN, R., 1995, “Artisans and Artists in Pharaonic Egypt” in J. SAS-SON et all (ed.), *Civilizations of the Ancient Near East*, vol.1, New York, Charles Scribner’s Sons Macmillan Library Reference USA, pp.331-343.

DUNAND, F., 2000 « Le Monde Singulier des Momies», *Dossiers d’Archéologie*, n°252, pp.2-5.

DUNAND, F.; LICHTENBERG, R. 1998, *Les Momies et la Mort en Égypte*, Paris, Errance.

- 2002. *Momies d’Égypte et D’Ailleurs. La Mort Refusée*, s.l., Éditions du Rocher.

DUNAND, F., ZIVIE-COCHE, C. 1991, *Dieux et Hommes en Égypte 3000 av. J.C. 395 apr. J.C.*, Paris, Armand Colin.

EATON-KRAUSS, M., 2001, “Artists and Artisans” in REDFORD, Donald B. (ed), *The Oxford Encyclopedia of Ancient Egypt*, Oxford, University Press, pp.136-140.

GOYON, J-C., 2000, « Rituels de l’embaumement et des funérailles », *Dossiers d’Archéologie*, n°257, pp.14-25.

HEIM, J-L. ; LICHTENBERG, R., 2000 « Les Momies égyptiennes devant la Science», *Dossiers d’Archéologie*, n°252, pp.38-45.

LICHTENBERG, R., 2000, «Aspects Techniques de la Momification», *Dossiers d’Archéologie*, n°252, pp.30-37.

LICHTENBERG, R. ; ZIVIE, A. 2000, «Les Momies D’Animaux», *Dossiers d’Archéologie*, n°252, pp.48-53.

LOPES, M. H. T., 1989, *O Homem Egípcio e a sua integração no cosmos*, Lisboa, Teorema.

- 1990, “O Mito de Osíris: Análise de um mito fundador”, *Hathor*, vol.2, Cosmos Edições, pp.7-16.

- 1991, *O Livro dos Mortos do Antigo Egipto*, Lisboa, Assírio & Alvim.

SALES, J.C., 1999, *As Divindades Egípcias uma chave para a compreensão do Egípto antigo*, Lisboa, Editorial Estampa.

SPENCER, A.J. 1991, *Death in Ancient Egypt*, Londres, Penguin Books.

TAYLOR, J.H. 2001, *Death & the Afterlife in Ancient Egypt*, Londres, The British Museum Press.

VERNUS, Pascal; LESSING, Erich, 1998, *Dieux de L'Égypte*, Paris, Imprimerie Nationale Editions.

Palavras-chave: técnicas de mumificação; embalsamamento; múmias; mumificação de animais.